la introduzir  essa prática na vida do aluno desde os primeiros dias da sua vida escolar, porém, ler não é uma tarefa fácil de ser aprendida e ler por prazer se torna um desafio ainda maior quando o hábito de leitura não faz parte do crescimento e desenvolvimento da criança.

Observamos que a leitura que é trabalhada na escola na maioria das vezes fica restrita ao campo didático, dessa forma a leitura por prazer vai ficando para segundo plano, no entanto percebemos que existe certo esforço por parte das Instituições Educacionais em mostrar a importância e as diversas funções da leitura para os alunos, porém só isso não é suficiente para atrair a atenção deles para o mundo dos livros. Diante do que pesquisamos, vimos que é necessário que a criança veja a leitura como algo divertido para então começar a pratica-la e aos poucos ir adquirindo o hábito e o gosto pela mesma.

Sendo assim, é necessário que a criança tenha contato com o universo literário e que a leitura seja incentivada desde cedo, é necessário que ela possa perceber o ato de ler como uma fonte prazer no qual ela encontrará divertimento e conhecimento, ela precisa compreender que a magia dos livros não se encontra apenas nas palavras ali contidas, mas sim no contexto que as envolvem, oportunizando uma forma maravilhosa de sonhar, imaginar, descobrir e construir.

O ambiente familiar é um fator determinante na construção do comportamento leitor da criança, mas a responsabilidade de iniciar e fortalecer a competência leitora do aluno é da escola, uma vez que os profissionais de educação conhece melhor a importância dessa prática. E com certeza o professor é o principal contribuinte para despertar nos alunos o gosto pela leitura, pois é ele o responsável pelo processo de ensino-aprendizado e sendo a leitura parte integral desse processo.

Logo, é preciso urgentemente construir novos olhares a cerca do processo de leitura na escola, pois ler não pode ser mais confundido com decodificação de palavras, e ler por prazer não está relacionado com as escolhas de leituras feitas pelos professores para realização de atividades escolares, é necessário que os alunos vivenciem experiências significativas de leitura, que realmente compreendam o que se estão lendo, e muito mais que compreender é necessário que sintam prazer na prática da leitura. Dessa forma o comportamento leitor desses alunos vai se constituindo gradativamente e as chances de se tornarem leitores ávidos e competentes por toda vida serão bem maiores.

## REFERÊNCIAS


COLOMER, Teresa. Andar entre livros: A leitura literária na escola. 1ª Edição. São Paulo: Global, 2007.208 p.

CRAMER, Eugene H; CASTLE, Marrieta. Incentivando o amor pela leitura. Porto Alegre: Artmed, 2001.299 p.

CRISTO, Joaquina de Lima. Estratégias para despertar nos alunos o gosto pela leitura e assim formar leitores para a vida inteira. 2007. 29 f. Artigo Cientifico – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2007. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br. Acesso em 25 de mar. 2019

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. As melhores possibilidades de leitura na escola. 1999. 12 f. Artigo Científico - Revista Perspectiva, Florianópolis, SC, v 17, n.31, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br. Acesso em 14 de abril. 2019.

LOIS, Lena. Teoria e pratica na formação do leitor. 1ª Edição. São Paulo: Artmed, 2010.151 p.


# A INFÂNCIA E A RELEVÂNCIA DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS NAS ESCOLAS


ANA PAULA OLIVEIRA SOUZA


## RESUMO


O presente artigo vem buscar reflexões sobre a intervenção pedagógica estimulada por meio de brincadeiras, sendo fundamental na possiblidade da produção do saber, auxiliando, assim, a formação de seres críticos e ativos sob a realidade do seu cotidiano e despertando uma maior consciência de si mesmo. Por meio desse artigo tenta se refletir sobre a recreação, que utiliza o lúdico como princípio pedagógico no processo de aprendizagem e na construção do conhecimento, proporcionando um ambiente de experiência, satisfação, aprendizagem, cooperação, socialização e interação com o outro e com o meio, formando sujeitos interativos autônomos e conscientes de suas ações criando e recriando seus próprios conhecimentos sobre o mundo em que vive e sua realidade social. Em termos gerais, pode se compreender os jogos e brincadeiras como

essências do prazer, da alegria e da satisfação, sendo assim fundamentais no processo de intervenção pedagógica.
**PALAVRAS-CHAVE**: Intervenção Pedagógica; Jogos; Brincadeiras

## ABSTRACT

This article seeks to reflect on the pedagogical intervention stimulated through games, being fundamental in the possibility of the production of knowledge, thus helping the formation of critical and active beings under the reality of their daily lives and awakening a greater awareness of themselves . Through this article, we try to reflect on recreation, which uses playfulness as a pedagogical principle in the learning process and in the construction of knowledge, providing an environment of experience, satisfaction, learning, cooperation, socialization and interaction with others and with the environment. , forming autonomous interactive subjects and aware of their actions creating and recreating their own knowledge about the world in which they live and their social reality. In general terms, games and games can be understood as essences of pleasure, joy and satisfaction, thus being fundamental in the process of pedagogical intervention.
**KEYWORDS:** Pedagogical Intervention; Games; Jokes

## INTRODUÇÃO

Para que se entenda a infância é necessário pesquisar a respeito de fatos históricos, pois para cada época há uma educação diferente e os conceitos de infância vão mudando conforme o passar dos anos. O desenvolvimento da criança passa a ter uma conotação interacionista e global, considerando, esta, em seu contexto social, ambiental, cultural e suas relações em busca de uma construção autônoma. Percebe-se o quanto os conceitos de infância são concomitantes, completando-se a favorecer o desenvolvimento integral da criança, e sua separação caracterizar-se-ia na fragmentação de um ser social. Acredita-se que a criança se desenvolve por meio de trocas afetivas e do contato com o outro, por isso é fundamental refletir sobre o posicionamento social da criança nas diversas épocas da nossa História.

"Educar é adaptar o indivíduo ao meio social adulto, isto é, transformar a constituição psicobiológica do indivíduo em função do conjunto de realidades coletivas às quais a consciência comum atribui algum valor". (PIAGET, 1982, p. 49)

Portanto, educar significa inserir a criança no convívio social, fazendo com que ela passe a viver em grupo, cabendo aos adultos fornecer uma educação adequada perante a sociedade.

## UM BREVE HISTÓRICO DA CRIANÇA NO BRASIL

A infância da criança há muito tempo passou despercebida aos olhos dos adultos. Na Europa do velho mundo do século XVI passava-se pela descoberta da infância segundo fala Philipe Áries apud Priore (1998, p.11).
No Brasil, de acordo com Del Priore (1998. p 11) no que diz respeito à infância, a infância Brasileira está totalmente ligada à chegada dos jesuítas. A Igreja católica neste período responsabilizava-se por exercer no adulto uma influência sobre a forma de ver e pensar a criança, através da disseminação de duas imagens, em primeiro caso via-se a criança mística e em segundo havia a imagem da criança que imitava Jesus. Constitui-se daí a imagem da criança santa, pura e sem manchas. A autora aborda ainda o uso dessas imagens para a conversão dos índios à fé cristã. Vejam como a imagem da criança era representada nesse período:
As características humanas – olhar, o perfume e os gestos – desta criança divinizada somada a doçura, inocência e afabilidade tocariam a todos que a cercassem. Assim, fora da manjedoura, fiéis e pagãos, convertiam-se ante a dulcíssima visão do pequeno e luminoso Jesus.

E assim foi ao longo de toda a sua puerícia. O pequeno corpo, o caminhar infantil, as tenras mãozinhas irradiavam uma meiguice absolutamente convincente para a conversão das almas mais emperdenidas. (DEL PRIORE, 1992 p.12)

A infância de acordo a autora citada era, como em outros países, venerada como período isento de desejos carnais e de uma inocência plena. As crianças foram escolhidas pelos jesuítas por que eram consideradas um "papel em branco". Eles ainda pregavam que era preciso que as crianças evitassem os adultos para evitarem seus maus costumes. Segundo Del Priore (1998, p.12,13) foram trazidas muitas crianças órfãs para o Brasil pelos jesuítas

nesse período com o objetivo de influenciar beneficamente os nativos. Diziam os jesuítas: melhor investir nos "culumins" nos "meninos da terra" nos "indiozinhos" filhos de gentios, que de mãos dadas aos órfãos portugueses enviados pela metrópole para auxiliar os inacianos encontrariam a ambígua mata e seus miméticos habitantes, formando um exército de pequenos Jesus a pregar e a sacrificar-se entre as "brenhas" e os "sertões", para a salvação e consequente adestramento moral destes índios no Brasil (PRIORE,1998, p.12,13).
Segundo Nunes et al (2000, p.55) os jesuítas foram os primeiros a criar um espaço instituição para as crianças brasileiras, predominantemente habitado por índios nativos. Os jesuítas trouxeram para as crianças índias uma série de limites, os índios não estavam acostumados com os castigos impostos, com o horário planejado. De acordo com esse autor a psicologia infantil no Brasil teve como base a ideia de doutrinação "messiânica" trazida pelos jesuítas. O verdadeiro objetivo do trabalho de valorização que tinham com a criança era para que esta despertasse para a fé, segundo eles, para as coisas não demoníacas. A cultura indígena era por eles vista como coisas demoníacas, principalmente por causa dos seus ritos e das suas danças, mesmo porque os índios não usavam roupas. Para os jesuítas a infância era o momento oportuno para que elas se identificassem com os princípios morais da fé Cristã.
Associava-se a infância ao fato de Jesus um dia ter sido criança. Assim, realizar a missão de conversão por meio da criança seria uma garantia de uma constituição mais angelical que diabólica.
A arte da época representava o menino Jesus nos braços de Maria nu e mesmo na manjedoura ele aparecia nu. Porque o menino Jesus da madona podia ficar nu e os indiozinhos não, se ele era o modelo a ser seguido?
Mesmo com todas as exigências e mudanças feitas não conseguiram tirar totalmente os costumes dos indiozinhos. No lazer, esses ainda praticavam em suas diversões banhos de rio, cantos e danças nos quais a cultura nativa se impunha claramente.
Nunes (2000, p. 56) ressalta acerca do tempo que era destinado às diversões das crianças índias que eram os que jesuítas definiam e estipulavam o tempo de lazer e, mesmo assim isso só era feito depois deles terem rezado, cantado e feito a tarefa.
O autor ainda vem falando da obrigação que os indiozinhos e os pais tinham que era de sustentar esses padres e construir suas casas. As crianças eram obrigadas a trabalhar, e se não o fizessem eram castigadas.
Del Priore fala a respeito desses castigos:

Frequentemente eram aplicados castigos aos meninos que não queriam participar das atividades escolares. Esses castigos muitas vezes, faziam com que os meninos fugissem das escolas, pois na cultura indígena não se tinha o hábito de bater, nem falar alto com a s crianças: qualquer resistência física e cultural aparecia sempre aos olhos dos jesuítas como tentativas demoníacas, como assombração ou visão terrível (DEL PRIORE, 1998, P. 22)

Mesmo com todas as mudanças e conquistas que ao longo dos tempos a sociedade vivenciou acerca da criança, mesmo com o surgimento de leis favoráveis a proteção e aos cuidados da infância, com a garantia legal que o Estatuto da Criança e Adolescente (1990) traz, estamos longe de resgatar a história social de exclusão e marginalização da criança. Isso porque a promulgação do ECA em 1990 não mudou a realidade de milhões de crianças oriundas das camadas mais pobres de nossa sociedade.

## A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA

A palavra criança é conhecida como ausência de idade, maturidade ou de adequada integração social. Portanto essa definição está longe de ser apenas o fator da idade, pois está associada a determinados papéis e desempenhos específicos e esses papéis dependem estreitamente da classe social que a criança é inserida.
Sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no interior da família e da comunidade. As atividades cotidianas se diferenciam dependendo da posição da criança e de sua família na estrutura sócio econômica.
Se adotarmos uma concepção abstrata da infância, está analisando a criança como "natureza infantil", distanciando de suas condições objetivas de vida e como se estas fossem desvinculadas das relações de produção existente na realidade. Entender a criança em relação ao contexto social e não como natureza infantil, constitui o princípio central desta definição.
Quanto ao contexto social que determina o surgimento deste tipo de sentimento e dois aspectos precisam ser enfatizados, de acordo com o historiador Philippe Ariès (1978, p. 41):
Era muito alto o índice de mortalidade infantil que

atingia as populações e quando sobrevivia, ela entrava diretamente no mundo dos adultos. É importante acentuar que essa mortalidade continua hoje a ser regra geral para os filhos de classes dominadas em países de economia dependente.
O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é paparicada pelos adultos e outra surge junto com a primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da educação feita pelo adulto.

Este duplo sentimento é a nova função efetiva que a instituição familiar assume e começa na burguesia até chegarmos ao povo. É bom esclarecer que não é a família que é nova, mas o sentimento de família que surge no momento, inseparável do sentimento de infância. O reduto familiar, torna-se então cada vez mais privado e esta instituição vai assumindo funções antes destinadas para a comunidade.
A concepção atual de infância, segundo Sonia Kramer (1987) é que o sentimento de infância resulta numa dupla atitude com relação à criança: "preservá- la da corrupção do meio, mantendo sua inocência e fortalecê-la, desenvolvendo seu caráter e sua razão". AS noções de inocência e de razão não se opõem, elas são elementos básicos que fundamentam o conceito de criança como essência ou natureza.
A ideia de infância não existiu sempre e da mesma forma. Ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Este conceito de infância é determinado pela modificação das formas de organização da sociedade.
Esta forma de organização instituiu diferentes classes sociais no interior das quais o papel da criança é diferente. A ideia de uma infância universal foi divulgada pelas classes dominantes baseada no seu modelo padrão de criança, a partir dos critérios de idade e de dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social por ela assumido no interior dessas classes.

## O CONCEITO DE INFÂNCIA DENTRO DA PEDAGOGIA

A Pedagogia elabora uma representação básica da infância a partir das noções pedagógicas de natureza e de cultura que assumem um caráter temporal. Como a infância precede a idade adulta, o fator tempo é introduzido no conceito de infância. Por um lado, o desenvolvimento fisiológico da criança provoca uma certa confusão entre natureza humana e natureza no sentido biológico, ao mesmo tempo o aspecto temporal confunde a infância como origem individual do homem, com a origem da humanidade: a infância corresponde ao estágio originário da humanidade como a mesma expressa os traços essenciais da natureza humana.
Essa ideia de infância está atribuída de significados ideológicos, não só a nível da relação da criança com o adulto, mas também a nível das relações da criança com a sociedade.
Segundo Sonia Kramer (1987), no primeiro nível, o adulto estabelece uma imagem de criança como um ser fraco e incompleto, atribuindo essas características à "natureza infantil". Porém essa ideia de natureza dissimula as relações da criança com o adulto a medida em que o mesmo exerce sobre a criança uma autoridade constante que é social e não natural, e que reproduz as formas de autoridade de uma determinada sociedade.
Quanto ao segundo nível, a criança é considerada como um ser que não é ainda social, desempenhando apenas um papel marginal nas relações sociais, tanto
em relação à produção dos bens materiais, quanto em relação à participação nas decisões. Desta forma, o desenvolvimento cultural da possibilidade naturais da criança, ao invés de socialmente determinado e condicionado por sua origem social. Fica dissimulada a rejeição social e econômica que a criança sofre, e fica mascarado o papel efetivamente desempenhado no trabalho pelas crianças provenientes de classes sociais em que este trabalho é fundamental para a sua sobrevivência, dado as condições precárias de vida, fruto das desigualdades existentes na estrutura da sociedade capitalista.
Tomando a pedagogia como tema de análise, percebe-se que nas duas opções (tradicional e nova) encontra-se a dupla concepção de infância.
Para a pedagogia tradicional, a natureza da criança é corrompida, a tarefa da educação é discipliná-la e colocar regras, através de intervenção direta do adulto e da constante transmissão de modelos.
Para a pedagogia nova ou moderna, concebe a natureza da criança como inocência original, a educação deve proteger o natural infantil, preservando a criança da corrupção da sociedade e salvando sua pureza. A educação não se baseia na autoridade do

adulto, mas na liberdade da criança e na expressão de sua espontaneidade. A concepção de infância elaborada pela pedagogia nova torna possível o surgimento de uma psicologia científica da criança e de um método genético a partir do qual a criança deve ser compreendida em função de seu passado individual.
Ambas as perspectivas tratam a criança como um ser abstrato camuflando o significado social da infância, que se esconde de argumentos filosóficos e psicológicos.

## OS JOGOS, AS BRINCADEIRAS E A IMPORTÂNCIA DESSES NO UNIVERSO INFANTIL

Os jogos e brincadeiras devem ser valorizados por fazer parte da cultura de um povo, nos quais possibilitam uma aprendizagem integral e significativa, possibilitando à criança expor seus sentimentos e emoções por meio do lúdico, sendo assim, a intervenção pedagógica fazendo utilização dos jogos e das brincadeiras é fundamental para contribuir no processo ensino aprendizagem da criança.
Todas as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem precisam estar conscientes da importância na qual os jogos e brincadeiras possuem na construção do conhecimento da criança.
Por meio dos jogos e brincadeiras, a criança desenvolve como um todo, podendo reduzir a agressividade e auxiliando na sua inserção à sociedade, bem como na construção de seu conhecimento.
Os jogos e brincadeiras auxiliam a criança à comparar, analisar, nomear, associar, calcular, classificar, compor, conceituar e criar, trazendo o mundo para a realidade do contexto social, possibilitando o desenvolvimento de sua inteligência, sua sensibilidade, habilidades e criatividade.
A capacidade para imaginar, fazer planos, apropriar-se de novos conhecimentos, surge, nas crianças, por meio dos jogos e das brincadeiras.
Por intermédio dos jogos e brincadeiras, a criança atua, mesmo que simbolicamente nas diferentes situações vividas pelo ser humano, reelaborando sentimentos, conhecimentos, significados e atitudes, podendo, assim, preparar-se para a vida e seus diversos desafios, sem ter diretamente vivenciado as situações em si.
Ao longo da história, vários estudos se mostraram eficientes no âmbito da coesão entre o lúdico e o processo ensino aprendizagem.
Do ponto de vista histórico, a análise a respeito dos jogos e das brincadeiras é feita a partir da imagem da criança presente no cotidiano de uma determinada época. O lugar que a criança ocupa num contexto social e específico, a educação a que está submetida e o conjunto de relações sociais que mantém com personagens do seu mundo permitem compreender melhor o cotidiano infantil.
Todo ser humano "sabe o que é brincar, como se brinca e por que se brinca" (SANTOS, 2010, p. 11), porém, muitas vezes, as atividades lúdicas são resumidas somente ao ato de brincar.

A utilização dos jogos e das brincadeiras em sala de aula tornou-se, por muito tempo, sem significado e sem importância, chegando a ser desvalorizada e desconsiderada como um recurso pedagógico que favorece a aprendizagem.
O educador alemão Froebel (1782-1852), foi pioneiro na introdução à brincadeira no cotidiano escolar infantil, fundando a escola infantil destinada aos menores de oito anos e, posicionando uma proposta educacional que dava ênfase à liberdade da criança.
O pensamento da criança é muito intuitivo, egocêntrico e subjetivo, portanto, existe um grande progresso, pois há o desenvolvimento da capacidade simbólica ou de representação. A criança passa a imitar modelos, pois de acordo com PIAGET (1978, p.162) "surge a função simbólica mais geral, cuja propriedade é permitir a representação do real, por intermédio dos "significantes", distintos das coisas "significadas"".
Durante muito tempo a escola foi vista pelos alunos como algo enfadonho, obrigatório, sem sentido e entediante, e quando os educadores ofereciam brinquedos, eram criticados pelos pais e mesmo por colegas de profissão de estarem perdendo tempo.
Entretanto, com a revelação de que o lúdico pode possuir intencionalidade educativa, descobriu-se um processo que tornou o processo educativo atraente e desejado.
O lúdico tem sido utilizado como instrumento educacional desde a pré-história onde o homem primitivo se utilizava de rituais, que muito se assemelham as brincadeiras de roda, para exercer domínio sobre a caça, a pesca e até mesmo o poder sobre os fenômenos da natureza, esses rituais faziam parte de suas crenças e eram transmitidos de pais para filhos. Já na antiguidade greco-romana as atividades lúdicas como o jogo estava ligado a atividades para relaxamento e entretenimento.
Na Idade Média os jogos como muitas atividades artísticas foram considerados impuros e, portanto, proibidas.

No Renascimento, a ludicidade surge como um instrumento para facilitar o estudo e desenvolver a inteligência.
Durante o período colonial, no Brasil as brincadeiras de meninos e meninas eram diferenciadas. Os meninos brincavam com faca, matando pequenos animais e destruindo seus ninhos, já as meninas eram proibidas brincar de pular, saltar, subir em árvore ou correr, devido ao bom comportamento.
O sentimento de infância nasce no Brasil no século XIX, com a necessidade da instrução e da ampliação das escolas para atender o avanço social da época. No início, o atendimento à infância foi marcado pelo assistencialismo e amparo às crianças necessitadas, com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil.
Em 1970 a educação para crianças de 0 a 6 anos, foi comtemplada com um novo estatuto no campo das politicas e dos ensinamentos educacionais. Com isto uma variedade de projetos para as crianças pequenas vem sendo desenvolvidos.
Segundo Lazaretti (2011, p. 1):

A brincadeira surgiu em uma determinada etapa do desenvolvimento da sociedade, no curso da mudança histórica do lugar que a criança ocupa nela. A brincadeira é uma atividade social por sua origem, e por isso seu conteúdo é social e é uma forma de vida e atividade da criança para orientar-se no mundo das ações e relações humanas, dos problemas e motivos das ações dos indivíduos.

Portanto, para cada época e sociedade a concepção sobre o lúdico teve um entendimento diferenciado. De acordo com Rodrigo e Martins (2002):

A história mostra que ao lado das atividades destinadas a garantir- lhe o sustento o homem sempre buscou outras que lhe dessem prazer. E essa alegria aparece quando ele consegue expressar a sua personalidade. O longo passado das canções, lendas e contos populares (que além de transmitirem e conservarem as tradições serviam de passatempo), a eterna presença dos vários jogos e danças (que não só fortaleciam os guerreiros e agradavam aos deuses mas ao mesmo tempo divertiam a todos) e as artes manuais (que sempre floresceram nos grupos humanos) são a prova da constância deste anseio de auto expressão através dos tempos. (RODRIGUES & MARTINS, 2002, p.72)

Percebe-se que os jogos e as brincadeiras sempre estiveram presentes na vida do ser humano como forma de alegria e prazer, mas nem sempre foram considerados como um fator fundamental no processo ensino aprendizagem.
A educação contemporânea traz muitos desafios não podendo estagnar-se em uma única e exclusiva metodologia de ensino, é preciso utilizar-se de todos os recursos possíveis para que a escola transforme-se em um lugar especial que desperte na criança a vontade de aprender e os jogos e brincadeiras podem contribuir nesse processo.
Os jogos e brincadeiras levam as crianças a contraírem diversas experiências, propiciam a interação com o outro, organizam seu pensamento, tomam decisões, ampliam o pensamento abstrato e procuram maneiras diversificadas de jogar, produzindo conhecimentos, dessa forma tornam-se um aliado nas intervenções pedagógicas.
Os jogos e as brincadeiras auxiliam o desenvolvimento motor, o desenvolvimento da linguagem, da percepção, da representação, da memória, do equilíbrio afetivo, da apropriação de signos sociais e das transformações significativas da consciência infantil, por isso a intervenção de um pedagogo utilizando os jogos e as brincadeiras é de fundamental importância.
Os jogos e as brincadeiras são caracterizados por atitudes, que correspondem a uma reação de estímulos externos, inerentes ao ser humano.
De acordo com Vygotsky (1994, p. 134)

O desenhar e brincar deveriam ser estágios preparatórios ao desenvolvimento da linguagem escrita das crianças. Os educadores devem organizar todas essas ações e todo o complexo processo de transição de um tipo de linguagem escrita para outro. Devem acompanhar esse processo através de seus momentos críticos até o ponto da descoberta de que se pode desenhar não somente objetos, mas também a fala. Se quiséssemos resumir todas essas demandas práticas e expressá-las de uma forma unificada, poderíamos dizer o que se deve fazer é, ensinar às crianças a linguagem escrita e não apenas a escrita de letras.

A aprendizagem significativa se faz por meio do lúdico. Os jogos e as brincadeiras permitem que a criança tenha mais liberdade de pensar e de criar para se desenvolver com criatividade e autonomia. O brincar é considerado ação que induz ao prazer, exercendo o poder criativo do imaginário humano construindo um universo, do qual o criador ocupa o

lugar central, por meio de simbologias originais inspiradas no universo de quem brinca e, é nesta ação que a criança desenvolve-se como ser criativo.
A presença dos jogos e das brincadeiras no desenvolvimento da criança é fundamental para o seu aprendizado, possibilitando à criança a ampliação de conhecimentos significativos.
Por meio dos jogos e das brincadeiras, a criança está sempre se comportando acima de sua idade, acima de seu comportamento usual do cotidiano, influenciando em seus aspectos psicológicos, físicos e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse artigo tentou-se abordar os temas mais pertinentes e que possam esclarecer algumas dúvidas que permeiam a educação e o posicionamento social da criança desde o período medieval e no decorrer dos tempos, para que assim os leitores possam encontrar subsídios ou alternativas para que a educação das crianças ocorra da forma mais natural possível.
Aprender a pensar sobre diferentes assuntos é fundamental, cabendo a escola educar de forma inteligente e divertida, junto a um pedagogo, que contribuirá com suas intervenções por meio dos jogos e das brincadeiras.
Fazer uma análise ludicamente deve ser um ato consciente e planejado, tornando o indivíduo consciente, engajado e feliz no mundo, seduzindo as crianças para o prazer de conhecer, resgatando o verdadeiro sentido da palavra escola, local de alegria, prazer intelectual, satisfação e desenvolvimento.
A concepção de criança que temos atualmente, como um ser humano, sujeito social e histórico que faz parte de uma organização familiar, dentro de uma determinada cultura, com direitos e deveres é muito recente e veio sendo construída ao longo da história de forma heterogênea.
Educar é uma tarefa árdua, mas se souber lidar com os problemas do cotidiano, essa construção vai ocorrer da forma mais natural possível, e os limites tão temidos no início vão ser apenas detalhes da vida da criança e de seus pais também.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Sobre brinquedos e infância: aspectos da experiência e da cultura do brincar. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v.27, n.95, maio/ ago. 2006. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 12 Nov 2020.

ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na história. In: DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p. 231-258.
ARIÈS, Philippe. A história Social da Criança e da Família. Rio de janeiro. LTC. 2015.

BROUGÈRE, Giles.. Jogo e Educação. Porto Alegre: Artmed, 2003.
. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 2001.

BUJES, Maria Isabel E.. Infância e poder: breves sugestões para uma agenda de pesquisa. In: BUJES, Maria Isabel E.; COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 179-197.

DEL PRIORE, M. História das crianças no Brasil. São Paulo. 1998.

ELIAS, Marisa D. C. De Emílio a Emília: a trajetória da alfabetização, São Paulo: editora Scipione, 2000.

JUNIOR, Kuhlmann Moysés. Uma História da Infância: Da Idade Média á Época Contemporânea no ocidente. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 08 Nov 2020. KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2000.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

MANSON, Michel. História do brinquedo e dos jogos. Brincar através dos tempos. Lisboa: Teorema, 2002. p. 155-?.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança, Rio de Janeiro: editora Zahar, 1982.
SZYMANSKI, Heloísa. A relação família/escola – Desafios e perspectivas.
Brasília: Editora Plano, 2001.

VOLPATO, Gildo. Jogo e brinquedo: reflexões a partir da teoria crítica. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. Disponível